

**ARQUIVO**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE**  
**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – DEMA**

LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO

PROCESSO Nº 8740/2023

LO 03371-2023

O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE criado pela Lei Municipal nº 5.060/2006 de 30 de março de 2006, e suas legislações pertinentes onde o Departamento Municipal de Meio Ambiente - DEMA **habilitado pela Resolução CONSEMA nº 025/2002 - DOE em 12/11/2002**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e atribuições municipais com base na Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 05/98 de 19 de agosto de 1998, Resolução CONSEMA nº 04/2000 de 28 de abril de 2000, Resolução CONSEMA 167/2007 de 19 de Outubro de 2007, Resolução CONSEMA 168/2007 de 19 de Outubro de 2007, Lei Complementar nº140 de 8 de dezembro de 2011 Resolução CONSEMA 372/2018 de 02 de Abril de 2018 e Convênio de Delegação de Competências exarado pela FEPAM e DEMA, bem como demais legislações pertinentes ao tema, com base nos autos Protocolares do Processo Administrativo Municipal nº8740/2023 de 01 de NOVEMBRO de 2023 - SEPLAMA/DEMA, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO**.

**A PROMOVER A ATIVIDADE DE: LAVRA DE ROCHA PARA USO IMEDIATO NA CONSTRUÇÃO CÍVIL – A CÉU ABERTO, COM USO DE EXPLOSIVOS, SEM BRITAGEM E COM RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA, AU:9,97**

**LOCALIZAÇÃO:** COXILHA NEGRA – ESTÂNCIA MEIA ÁGUA  
6º DISTRITO DO ESPINILHO  
MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS.

**NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CAR:**  
RS-4317103-C187.23F5.B89E.4A86.B787.D1FC.EBF5.C679

**Coordenada Geográfica: Lat: -31,020940° Long: -55,821120° SIRGAS 2000**

**RAMO DE ATIVIDADE:** 530,08

**IMPACTO AMBIENTAL:** MÉDIO

1. **Quanto ao projeto:**
  - 1.1 A área utilizada é de propriedade do Espolio Luiza Dias Cassales, possuindo uma Autorização do proprietário para extração mineral pela GOETZE E LOBATO ENGENHARIA S.A, conforme autorização anexada na folha 44 do processo 4550/2023
  - 1.2 Matrícula imóvel: 45044 fls nº 01,02,03,04 e 05 livro nº2.
  - 1.3 A geologia predominante é de material basáltico da Formação Serra Geral e da Formação Botucatu.
  - 1.4 O material rochoso "in natura" a ser removido da área de lavra, é predominantemente de origem basáltico da Formação Serra Geral, sendo estes Andesito e Riodácidos, para uso imediato nas obras de terraplanagem, pavimentação e obras complementares de implantação do Parque Eólico Coxilha Negra.
  - 1.5 O solo extraído oriundo do decapeamento será de 59.400,00 m<sup>3</sup>. Sendo este, estocado em forma de pilhas de 4,5m de altura, para posteriormente recuperar a área degradada.
  - 1.6 O cálculo estimado da reserva mineral é de 297.600,00 m<sup>3</sup>, a ser transportado para as obras do parque eólico.

- 1.7 O projeto de recuperação da área degradada deverá ser implantado concomitantemente à atividade minerária;
- 1.8 A lavra se dará a céu aberto, com formação de bancadas e serão utilizados explosivos, caso a retirada mecânica não seja possível.
- 1.9 Após os trabalhos de corte e remoção de material rochoso *in natura*, deverão remodelar o terreno, refazendo perfil de solos, entregando a área para pastagem;
- 1.10 Os taludes devem atender ao projeto, mantendo inclinação de 45° ou menor, de maneira a buscar estabilidade geotécnica;
- 1.11 **A atividade de extração mineral somente poderá se iniciar após a emissão da Licença de Operação.**
- 1.12 A área requerida junto a ANM, sob protocolo 48052.910305/2023-47 é de 10,28 ha.
- 1.13 As devidas demarcações e utilizações da área deverá atender a Resolução CONSEMA 347 de 2017.  
**Poligonal ambiental: 11,06 ha**  
**Poligonal ANM: 10,28 ha**  
**Poligonal útil: 9,97 ha**  
**Poligonal de extração ou de lavra: 9,92 ha**
- 1.14 **O material extraído não poderá ser comercializado.**
- 1.15 Deverão ser mantidas desobstruídas as valetas de drenagem no entorno da área afetada e da bacia de sedimentação, que deverá receber o aporte de detritos oriundos da área decaçada.
- 1.16 Deverão ser mantidas limpas as leiras em torno do lote, a fim de evitar carreamento de material para áreas lindeiras.
- 1.17 Deverão ser instaladas valas de drenagem, de águas pluviais e decantadores na porção final destes, com o próprio material do solo de forma a não permitir carreamento de materiais.
- 1.18 Os decantadores bem como as valas, deverão respeitar a distância mínima de 5 metros da cerca lindeira.
- 1.19 Somente poderá ser considerada a poligonal da área útil conforme apresentados para o empreendimento no processo administrativo próprio de solicitação de LPI, com tabela de coordenadas, Datum SIRGA 2000, dos vértices da poligonal descrita na planilha abaixo:

Ponto	LATITUDE	LONGITUDE
01	-31,0232139°	-55,8205453°
02	-31,0224912°	-55,8229581°
03	-31,0185550°	-55,8213855°
04	-31,0191588°	-55,8190639°
<b>Coordenadas - DATUM SIRGA 2000</b>		

- 1.20 **A poligonal de extração deverá permanecer com suas poligonais estaqueadas até o final a fim de evitar avanços fora da área licenciada.**
- 1.21 Os operários e o pessoal envolvidos nos trabalhos deverão utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPIs) apropriado durante as operações.
- 1.22 A rede de drenagem temporária da área de lavra deve contemplar medidas mitigadoras de impacto contra a erosão, lixiviação, carreamento de partículas do terreno da AID, aumento de turbidez das águas e deposição de partículas na AII.
- 1.23 Deverão ser adotados cuidados e técnicas adequadas para evitar o carreamento mineral da área de lavra para o sistema de drenagem pluvial.
- 1.24 **Somente poderá operar uma frente de lavra, evitando a desordenação da lavra;**
- 1.25 O projeto de recuperação da área degradada deverá ser implantado concomitantemente à atividade minerária.
- 1.26 Deverão ser estabelecidas medidas cautelares para o extravasamento ou contaminação com óleos lubrificantes e combustíveis, conforme norma vigente, com piso impermeável e caixa separadora de óleos, específica para o abastecimento.

## **2 - Quanto as Questões Biológicas:**

- 2.1 Deverá ser acompanhado o avanço e decaçamento da área, por profissional habilitado no manejo de fauna para possíveis resgates quando necessário, apresentando ao DEMA, relatório de atividades com orientações mitigadoras semestralmente.

- 2.2 Deverão ser orientados todos envolvidos no decapeamento, a responsabilidade de adoção aos devidos cuidados com a fauna e flora.
- 2.3 Deverá ser entregue um relatório de constatação faunístico bem como estratégias de conservação tomadas para o empreendimento nesta fase de implantação.
- 2.4 Os exemplares de flora presentes na lista federal e/ou estadual de espécies ameaçadas localizados dentro da área afetada pela jazida deverão ser transplantados em local identificado, com placas orientativas sobre tal ação, distante no mín. 200m da poligonal da área de extração;

**3 - Quanto as emissões atmosféricas:**

- 3.1 Deverão ser utilizados caminhões-pipa para umidificação de estradas e caminhos para minimizar a emissão de poeiras.

**4 - Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação;**

- 4.1 Cópia desta Licença Ambiental;
- 4.2 Licença/Autorização do Proprietário em vigor;
- 4.3 Relatório de implantação das medidas propostas no Plano de Controle Ambiental e no Plano de Recuperação para a área Degradada, contemplando relatório fotográfico de cada etapa;
- 4.5 Formulário de Informações para Licenciamento da Atividade com as devidas atualizações;
- 4.6 Declaração da empresa informando que há cumprimento das condições e restrições acima, bem como de que não houve nenhuma alteração da atividade ora licenciada;  
Cronograma atualizado para as atividades de lavra e medidas de controle ambiental a serem desenvolvidas no período de vigência da renovação da Licença de Operação;
- 4.7 Anotação de responsabilidade Técnica - ART de execução da lavra com implantação das medidas mitigadoras e compensatórias pertinentes ao meio físico e meio biótico;
- 4.8 Comprovante de pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental, conforme artigo nº24 da Lei Municipal nº5060/2006 de 30 de março de 2006;
- 4.9 A suspensão temporária da atividade não implica na paralisação da implantação das medidas de controle ambiental previstas no PCA;

Esta Licença de Operação só é válida para as condições contidas acima e pelo período de 1(UM) ANO a contar da presente data.

Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

A presente Licença só autoriza a atividade, a área em questão e o empreendedor acima especificado.

Não podem ser iniciadas quaisquer outras atividades na mesma sem a prévia autorização deste órgão, através da concessão da LICENÇA DE AMBIENTAL.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

**VALIDADE: 27 de novembro de 2023 à 27 novembro de 2024.**

Sant'Ana do Livramento, 27 de novembro de 2023.

**Seplama - Dema**

PAULO RICARDO FLORES ECOTEN

Secretário Municipal de  
Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAMA

Breno Aguiar da  
Secretário Adjunto de Planejamento  
e Meio Ambiente  
P.M. Sant'Ana do Livramento - RS